

SUKI LEE/PEXELS/DIVULGAÇÃO/UFPR



Entre 55,6% e 69,2% das plantas estariam ameaçadas

Espécies de orquídeas correm risco de extinção, aponta estudo da UFPR

Um estudo com participação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) estima que entre 55,6% e 69,2% das espécies de orquídeas estejam sob risco de extinção. A revisão, publicada na revista Biodiversity and Conservation, avaliou dados globais até março de 2025 e reuniu pesquisadores da Austrália, Camarões, Estados Unidos, França, Madagascar e Reino Unido. O trabalho tem como coautor Eric de Camargo Smidt, do Departamento de Botânica da UFPR e Autoridade da Lista Vermelha para Orquídeas Sul-Americanas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A análise apontou lacunas na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas: das 30 mil espécies, apenas 2 mil foram mapeadas. As Américas Central e do Sul e a Ásia tropical estão entre as regiões menos representadas. O estudo relaciona a vulnerabilidade ao extrativismo, ao comércio ilegal e à dependência ambiental.

MPF apura aumento no pedágio entre SC e PR

O Ministério Público Federal (MPF) investiga se o reajuste no pedágio feito pela Arteris Litoral Sul nas BRs 101 e 376, entre Santa Catarina e Paraná, segue os contratos de concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou uma revisão extraordinária, além do reajuste ordinário. A apuração considera despesas com desapropriações, envio de notificações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), efeitos da pandemia sobre insumos e serviços e o impacto nos custos de túneis do Contorno de Florianópolis.

ARI DIAS/AEN



Órgão analisa se o reajuste segue os contratos de concessão

RS: guia analisa como psicologia influencia voto

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) lançou a cartilha eleitoral “Como eu voto: um guia sobre como decidimos em quem votar”, que explica, com base na Psicologia, como as pessoas constroem escolhas políticas. O material foi produzido pelo psicólogo Gianluca Oliveira-Soares e pelo professor Adolfo Pizzinato, do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS. A publicação é uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade (NEPsiD) e está disponível gratuitamente.

Inadimplência cresce no PR, aponta Fecomércio

A inadimplência alcançou 18,5% dos consumidores do Paraná em agosto, ante 17,9% em julho e 12,4% no mesmo mês de 2025. O índice é o segundo menor do país, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Já o endividamento chegou a 88%, alta de 2,3% em um ano, ficando em 5º lugar no país.

Licenciamento ambiental

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) promove, entre hoje (16) e o próximo dia 23, webconferências sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (LGLA). Os encontros serão virtuais, com transmissão pelo YouTube, e não exigem inscrição. As sessões abordarão as Leis Federais nº 15.190/25 e nº 15.300/25 e seus impactos.

Fiscalização eleitoral

As Promotorias Eleitorais de Florianópolis (SC) recomendaram à Guarda Municipal e à Polícia Militar ações de fiscalização e prevenção contra a instalação irregular de propaganda eleitoral em vias públicas. A medida busca garantir a segurança de pedestres, ciclistas e motoristas, além de manter a circulação urbana durante a campanha.

Parna Guaricana

A 11ª Vara Federal de Curitiba (PR) condenou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a concluir, em 18 meses, os procedimentos para termos de compromisso com indígenas e agricultores do Parque Nacional Guaricana. A decisão também exige o diagnóstico dos extrativistas de palha que vivem na unidade.

OAB-RS reúne autoridades

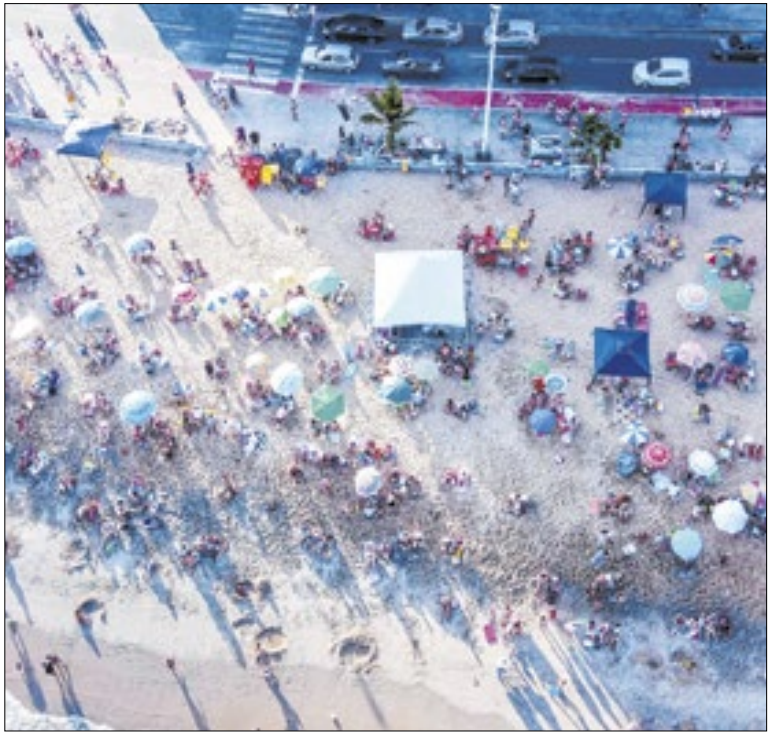
A Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB-RS) promoverá, na sexta-feira (18), em Caxias do Sul (RS), a 3ª edição do Colégio de Presidentes das Comissões de Direito Ambiental. O encontro reunirá representantes de diferentes regiões gaúchas para discutir a atuação na área, compartilhar experiências e alinhar ações.

Seleção para diretores

Itajaí (SC) está selecionando 99 diretores para a Rede Municipal de Ensino. São 59 na Educação Infantil e 40 no Ensino Fundamental/Educação em Tempo Integral. A participação é gratuita para servidores efetivos que atendam ao Edital nº 059/2026. As inscrições seguem até esta quarta-feira (16), no site da Universidade do Vale do Itajaí.

Ausência nas eleições

Eleitores fora do domicílio eleitoral poderão justificar a ausência às urnas, das 8h às 10h, na estação ferroviária e, das 10h às 17h, na rodoviária de Curitiba (PR) no 1º e em eventual 2º turno das Eleições 2026. A medida foi definida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), em conjunto com a Serra Verde Express e a Urbanização de Curitiba.



Obras não estão ligadas à rede de esgoto e desconsideram estudos de impacto

MPF cobra Barra Velha (SC) sobre sombreamento e danos na orla

Edificações bloqueam a luz solar da vegetação de restinga antes das 13h

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra o município de Barra Velha (SC) e a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) para impedir que ocorram novos danos à orla e o sombreamento da praia antes das 17h no solstício de inverno.

O órgão pede o cancelamento de licenças urbanísticas e ambientais para condomínios, hotéis e empreendimentos semelhantes que projetem sombra sobre a vegetação de restinga ou sobre a faixa de areia.

A medida também alcança construções que ocupem de forma irregular terrenos de marinha, agravem a erosão costeira, não estejam ligadas à rede pública de tratamento de esgoto ou não tenham apresentado e obtido a análise adequada do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

O MPF quer ainda impedir novas autorizações para futuros projetos que repitam essas mesmas características.

Segundo a ação, as licenças também devem ser anuladas quando concedidas sem a conclusão, aprovação e regulamentação do plano municipal de mobilidade urbana ou sem estudo técnico sobre a capacidade de tráfego na orla. A análise deverá conside-

rar os efeitos na BR-101 e o impacto conjunto de obras já autorizadas e de novos empreendimentos.

A apuração começou após ser feita uma representação sobre a ocupação de áreas da União e de interesse ambiental, incluindo áreas de preservação permanente (APP).

A investigação também identificou a falta de revisão do plano diretor, prevista para 2018, além de mudanças nas regras de uso do solo e no zoneamento que permitiram a construção de edifícios altos na orla sem base técnica.

O caso envolve ainda a ausência de sistema público de tratamento de esgoto. Essa situação é objeto de outra ACP do MPF, em fase de cumprimento de sentença desde 2018. A ausência do serviço afeta as condições sanitárias e a balneabilidade das praias.

Na investigação sobre o sombreamento, o MPF verificou efeitos de edifícios de até 30 pavimentos já construídos na orla. Alguns lançam sombra sobre a praia e a restinga antes mesmo das 13h.

Depois desse horário e antes das 14h, a sombra alcança uma área extensa do mar.

Para o órgão, a falta de incidência solar também reduz as condições de uso da praia para lazer e acesso ao mar.